



câmbios
currency exchange

albufeira algarve

since 1995

RELATÓRIO E CONTAS

2017



câmbios
currency exchange

albufeira algarve

since 1995

RELATÓRIO E CONTAS

2017

INDICE

- RELATÓRIO DE GESTÃO
- ATA DE APROVAÇÃO DE CONTAS
- BALANÇO
- DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
- MAPA DE IMOBILIZAÇÕES CORPOREAS E INCORPOREAS
- DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
- ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS



câmbios
currency exchange

albufeira algarve

since 1995

V.I. – AGÊNCIA DE CÂMBIOS

RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO - 2017

1 - Introdução

A V. I. - AGÊNCIA DE CÂMBIOS, LDA. com sede social em PRAÇA MIGUEL BOMBARDA, Nº 17, com um capital social de 150.000,00 €, tem como atividade principal a Compra e Venda de Notas e Moedas Estrangeiras e Cheques de Viagem.

O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2017.

O presente relatório é elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da V. I. - AGÊNCIA DE CÂMBIOS, LDA. procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

2 - Enquadramento Económico

De acordo com a generalidade dos analistas, em 2017 registou-se um crescimento económico positivo a nível global, à medida que o ciclo de recuperação económica iniciado em meados de 2016 se continua a reforçar, impulsionado pela recuperação do investimento e do comércio, bem como pelas condições financeiras favoráveis. Estas revisões em alta são mais acentuadas nas economias avançadas, particularmente nos Estados Unidos, mas as perspetivas de crescimento também melhoraram para alguns mercados emergentes, incluindo a China.

No curto prazo, o momento económico robusto, é consistente com a força do comércio e com a confiança das famílias entre a maioria dos mercados emergentes e economias avançadas.

Apesar das melhorias visíveis ao longo do ano transato, denotam-se alguns riscos que podem reverter a situação atual. Entre eles, a possibilidade de agravamento de tensões geopolíticas a nível internacional, destacando-se a situação no Médio Oriente e na Península Coreana. Numa ótica de risco nacional e europeu, a instabilidade política que se vive na Catalunha, bem como a possibilidade das economias avançadas adotarem medidas protecionistas no médio prazo, onde se inclui a hipótese de um impacto mais adverso do processo de saída do Reino Unido da União Europeia, poderão contribuir também para agravar a incerteza política a nível global. Também não se pode excluir o cenário de um ajustamento económico mais acentuado em algumas economias de mercado emergentes com elevado nível de endividamento, com destaque para a China.

Ainda assim, as previsões até 2020 são genericamente positivas, até quando está previsto que a expansão se mantenha sólida e sustentada entre os vários setores e economias, e uma continuação do crescimento do consumo privado e da recuperação do investimento.

2.1. A Nível Internacional e Europeu.

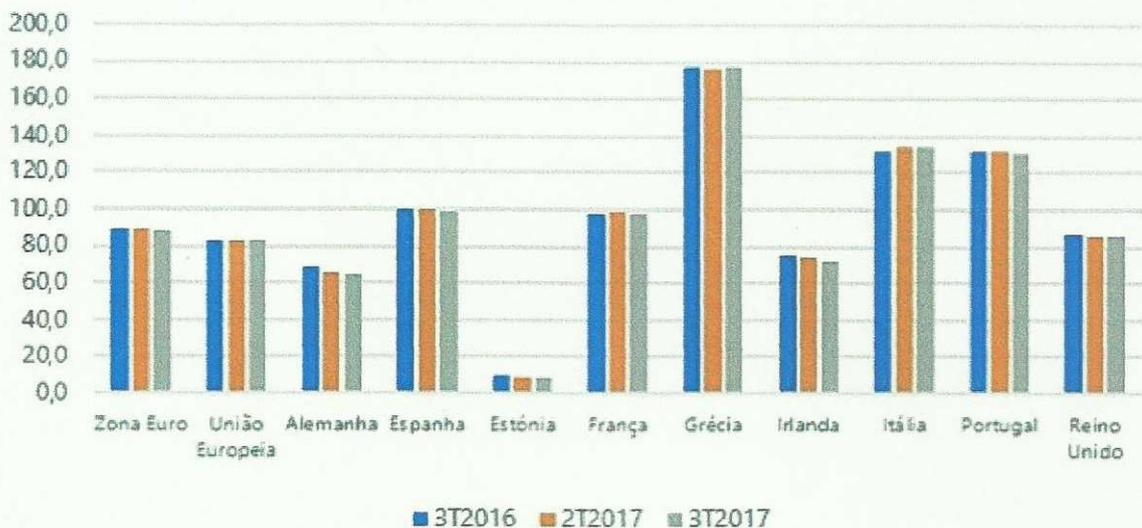
Segundo o mais recente World Economic Outlook do Fundo Monetário Internacional (FMI), o aumento cíclico em curso desde 2016 continuou a fortalecer-se, com o PIB mundial a subir para os 3,7% em 2017, um valor ligeiramente superior ao registado em 2016, tendo sido mais pronunciado na Europa e na Ásia. Entre as economias avançadas, o crescimento foi mais notório na Alemanha, Japão, Coreia e Estados Unidos. Nos principais mercados emergentes e economias em desenvolvimento, onde se inclui o Brasil, China, e África do Sul, o crescimento também foi notório, especialmente a partir do terceiro trimestre de 2017.

Nos Estados Unidos, a atividade económica continua dinâmica, apoiada por uma série de fatores positivos, como sendo as fáceis condições financeiras, o dólar mais fraco, a expansão no setor energético e uma forte procura externa. É expectável que a recente reforma fiscal acordada também sirva como estímulo à economia americana nos próximos anos, dando continuidade ao perfil ascendente verificado.

Na Europa, e de acordo com os dados divulgados pelo Eurostat, tanto na Zona Euro como na União Europeia, o PIB real cresceu 2,5% durante o ano de 2017, apresentando a taxa mais alta em dez anos, superando assim todas as expectativas. Esse crescimento foi impulsionado pelos fortes contributos da procura interna e, em especial, pelas despesas de investimento fixo. Estas duas economias cresceram, pelo menos, 0,6% em cinco trimestres consecutivos, dando continuidade à transição de uma recuperação para uma expansão económica.

Em relação ao emprego, os dados relativos ao último mês de Dezembro revelam que a taxa de desemprego da Zona Euro situou-se nos 8,7% e a da União Europeia nos 7,3%, atingindo o nível mais baixo desde Janeiro de 2009 e Outubro de 2008, respetivamente, sendo que o número de pessoas empregadas atingiu o valor mais alto alguma vez registado. Também se verificou uma diminuição do emprego jovem, de 20,3% em Dezembro de 2016 para 17,9% e Dezembro de 2017 na Zona Euro, e de 18,0% para 16,1% na União Europeia. Contudo, o número total de horas trabalhadas permanece em níveis abaixo dos registados antes da crise financeira (cerca de 3%), apesar de continuarem a crescer em linha com a criação de emprego. Isto reflete uma mudança na composição do emprego para uma maior participação no emprego a tempo parcial. Ainda assim, as condições do mercado de trabalho melhoraram em todos os Estados Membros. A dívida pública manteve um perfil descendente durante o ano de 2017, situando-se nos 88,1% para a Zona Euro e nos 82,5% na União Europeia, no terceiro trimestre de 2017, apresentando, assim níveis mais baixos do que o período homólogo, resultado de um impulso cíclico mais forte na Europa, onde os mercados de trabalho continuam a melhorar, evidenciando um aumento na atividade económica mais forte do que o esperado.

Dívida Pública em % do PIB (EUROSTAT)



A inflação global, durante o ano de 2017 permaneceu moderada, atingindo os 1,4% em dezembro, ficando acima do valor registado em dezembro de 2016 (1,1%), em muito devido ao impacto do aumento dos preços dos produtos energéticos. Conforme a análise realizada pelo FMI, o aumento dos preços dos produtos energéticos em cerca de 20% entre agosto e dezembro de 2017, para aproximadamente 60 dólares por barril, deveu-se à melhoria das perspetivas de crescimento global, aos eventos climáticos registados nos Estados Unidos, à extensão do acordo OPEC+ para limitar a produção de petróleo, e às tensões geopolíticas no Médio Oriente. Estes valores geraram um aumento na inflação geral das economias avançadas, não tendo, contudo, afetado nem a inflação salarial nem a de preços-base.

Em termos cambiais, e segundo dados da Comissão Europeia, o euro valorizou-se em mais de 2% em termos nominais efetivos desde novembro de 2017, e em 7% contra o dólar americano, evolução explicada pelos factos da economia ter crescido mais do que o expectável e por existir uma baixa incerteza política e uma forte expectativa de normalização das políticas monetárias na Europa. A libra esterlina também foi apreciada em cerca de 4%, uma vez que o Banco de Inglaterra aumentou as suas taxas de juro em Novembro. Já o iene foi depreciado em 5%. Assim, tendo por base dados do BCE, a cotação EUR/USD no início de 2017 situava-se nos 1,0465 e no final do mesmo ano subiu para 1,1993, tendo apresentado um perfil ascendente ao longo de todo o ano, contrariando o perfil verificado em 2016, assim como a cotação EUR/CHF (no início do ano encontrava-se nos 1,0711, fechando com 1,1704). Em relação ao iene, verificou-se uma desvalorização nos primeiros meses de 2017, tendo em abril atingido um valor mínimo de 116,01, mas começando a valorizar-se ao longo dos restantes meses, tendo fechado o ano nos 135,01. Quanto à libra esterlina, o perfil não foi linear, tendo sido de 0,8514 no início do ano e de 0,88723 no final, atingido um pico de 0,92328 no final de Agosto. Nas economias emergentes, o peso mexicano depreciou-se em 7%, devido às incertezas associadas às negociações em curso do NAFTA, tendo os fluxos de capitais destas economias permanecido resilientes.

Nos mercados de títulos soberanos, as yield de referência da União Europeia aumentaram desde a passagem do ano, apesar de permanecerem em níveis baixos. A maioria dos spreads continuou a diminuir à medida que as perspetivas económicas e fiscais se fortaleceram. Nos Estados Unidos, as yield do Tesouro a 10 anos subiram.

Os preços das ações nas economias avançadas continuam a evoluir de forma positiva, impulsionadas pelo sentimento positivo quanto às perspetivas de lucro e de uma normalização da política monetária num ambiente de fraca inflação e de baixa volatilidade. Desde 2008 que o Banco de Inglaterra não aumentava a sua taxa de juro de referência, tendo-o feito em novembro de 2017, prevendo uma queda na economia e um aumento da inflação. Também a Reserva Federal dos Estados Unidos aumentou a taxa de juro de referência pela terceira vez no prazo de um ano. Já o Banco Central Europeu anunciou que manteria as taxas de juro em níveis historicamente baixos e que a partir de Janeiro deste ano iria diminuir as suas compras líquidas de ativos.

O comércio mundial tem crescido fortemente, suportado por uma recuperação no investimento, principalmente entre os países desenvolvidos, e pelo aumento da produção industrial na Ásia. Também o poder de compra tem aumentado, consistente com a forte confiança dos consumidores, o que aponta para uma demanda final saudável.

2.2 A nível Nacional

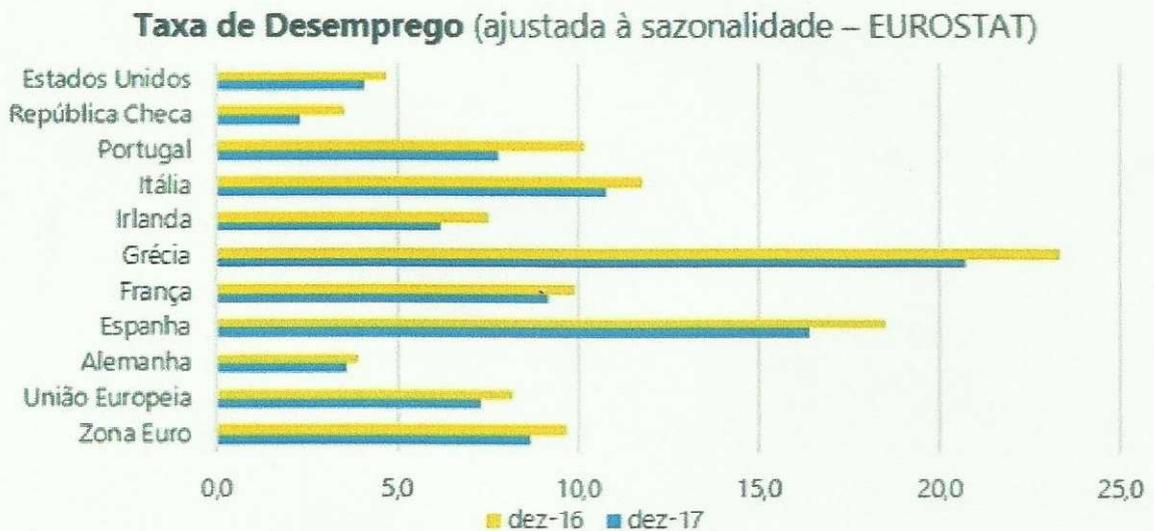
Segundo o Banco de Portugal, no primeiro semestre de 2017 notou-se uma ligeira subida no crescimento da atividade económica face ao último trimestre de 2016, tendo, contudo, esse crescimento abrandado no segundo semestre, essencialmente devido à desaceleração das exportações, conforme explicado no parágrafo seguinte. Ainda assim, a sua evolução, no conjunto dos três primeiros trimestres, traduziu-se num diferencial positivo de crescimento quando em comparação com a zona euro. Também o crescimento do PIB foi superior ao da zona euro no primeiro semestre de 2017.

Em relação às exportações, registou-se um forte crescimento no primeiro semestre de 2017, especialmente marcado no segundo trimestre, essencialmente devido à evolução do turismo, tendo o seu ritmo abrandado no semestre seguinte, muito devido à componente de bens energéticos, especialmente no terceiro trimestre, onde se registou um abrandamento das exportações do turismo, mas, ainda assim, conseguindo manter um crescimento significativo.

As importações desaceleraram ligeiramente no terceiro trimestre de 2017 face ao primeiro semestre, essencialmente devido à redução significativa da componente energética. Assim, no que respeita à balança corrente e de capital, registou-se uma ligeira redução do seu excedente (em percentagem do PIB) nos três primeiros trimestres de 2017, face a 2016, refletindo a redução do excedente da balança de bens e serviços.

Quanto ao nível de emprego, notou-se um crescimento do mesmo e uma recuperação da população ativa. Segundo dados do INE, a taxa de desemprego média anual em 2017 situou-se nos 8,9%, tendo-se verificado uma diminuição de 2,2 pontos percentuais em relação a 2016. Em termos trimestrais, a taxa de desemprego no quarto trimestre de 2017 situou-se nos 8,1%, abaixo do trimestre anterior e do trimestre homólogo. A taxa de desemprego jovem também diminuiu, situando-se nos 23,9% em 2017, menos 4,1 pontos percentuais que em 2016.

A população desempregada continuou a registar uma diminuição, observada desde o segundo trimestre de 2016. A estimativa anual para 2017 é de 462,8 mil pessoas desempregadas, tendo-se verificado uma diminuição de 19,2% em relação ao ano anterior, e de 4.756,6 mil pessoas empregadas, tendo aumentado 3,3% em relação ao período homólogo.

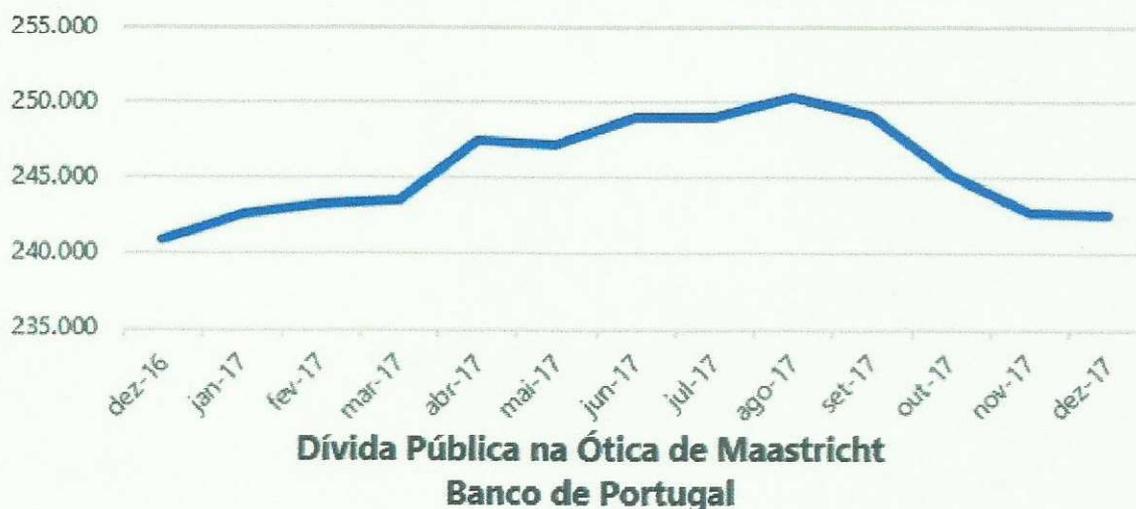


A confiança dos consumidores mostrou um perfil ascendente, principalmente no primeiro semestre de 2017, essencialmente devido ao aumento do rendimento disponível real, bem como à melhoria das condições de trabalho e da manutenção das condições de financiamento, o que resultou num aumento do consumo privado, e, apesar do abrandamento da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) verificado no segundo semestre, a procura interna manteve um ritmo de crescimento forte.

Já a inflação, aumentou em 2017, estimando-se uma taxa anual de 1,6%, após um aumento de 0,6% em 2016, para a qual contribuiu o aumento dos preços dos bens energéticos (cerca de 4%) e dos serviços, principalmente os relacionados com o turismo, bem como o aumento dos preços de importação, tanto de bens energéticos como não energéticos, e um aumento dos custos unitários de trabalho, resultantes de uma redução de produtividade.

No final de 2017, a dívida pública situou-se nos 242,6 mil milhões de euros, registando-se subidas ao longo do ano, atingindo um pico em agosto, onde excedeu os 250 mil milhões de euros, e só começou a diminuir nos últimos quatro meses. Comparando com 2016, registou-se um aumento de 1,6 mil milhões de euros, tendo contribuído o acréscimo de títulos de dívida pública e dos certificados do Tesouro. Contudo, estas variações foram parcialmente compensadas pelos reembolsos antecipados dos empréstimos concedidos pelo FMI. Em termos de percentagem do PIB, estima-se que a mesma tenha sido de 126,2%, abaixo da registada em 2016 (130,1%). Ainda assim, em comparação com a Zona Euro, Portugal continua a ser dos

países com maior dívida pública, ficando apenas abaixo da Grécia e da Itália.



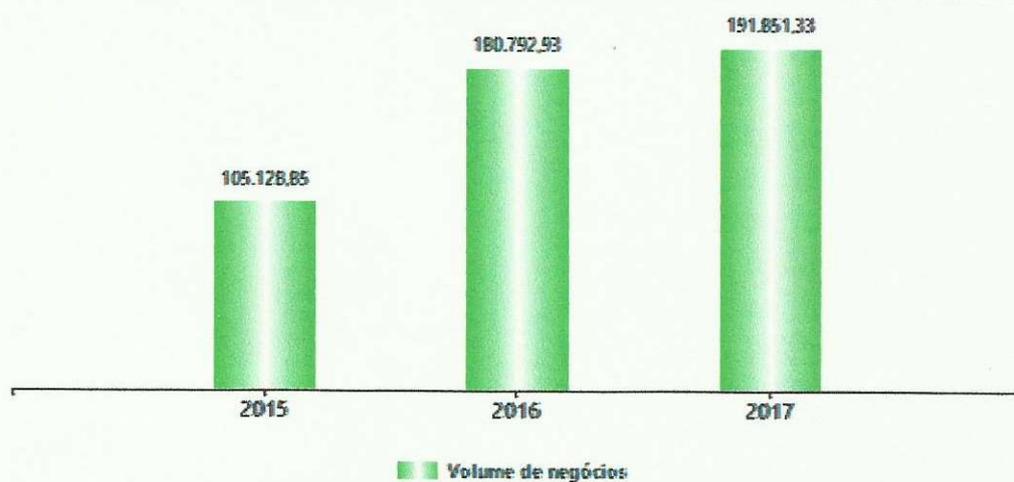
Em relação ao défice orçamental, situou-se nos 0,3% do PIB nos três primeiros trimestres de 2017, quando no período homólogo se encontrava nos 2,8% e no primeiro semestre de 2017 nos 1,9%, sendo que a meta anual do governo era de 1,4%. Do lado da receita, cujo crescimento foi acima do previsto (registou-se um aumento das receitas públicas de 3,8% face ao ano anterior, tendo sido previsto 1,4%), contribuíram os impostos indiretos, com destaque para o IVA e as contribuições sociais, mas também houve um reforço dos impostos diretos (IRS e IRC) e um forte aumento da receita de capital. Do lado da despesa, notou-se um aumento de 1,6% face ao ano anterior, superando o previsto (0,5%), em muito devido ao aumento dos gastos com pessoal, justificado pelo aumento do número de efetivos no Sistema Nacional de Saúde (SNS), tendo-se também observado um recuo nos apoios sociais e nos juros, que compensaram o crescimento do investimento e do consumo intermédio. De notar que estes dados não incluem o impacto da recapitalização da CGD, que poderá agravar estes resultados para o ano corrente.

3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

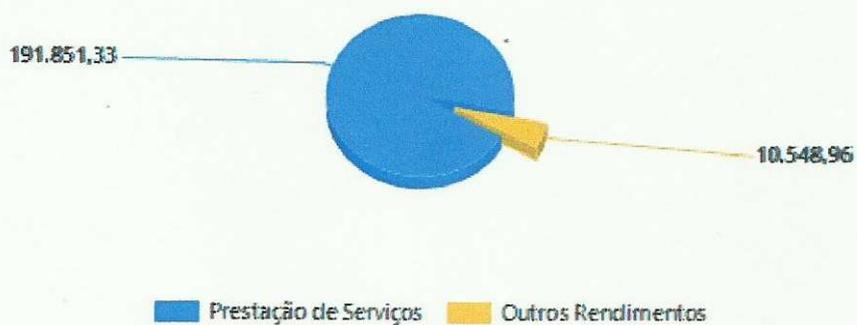
No período de 2017 os resultados espelham uma evolução positiva da atividade desenvolvida pela empresa. De facto, o volume de negócios atingiu um valor de 191.851,33 €, representando uma variação de 6,11% relativamente ao ano anterior.

A evolução dos rendimentos, bem como a respetiva estrutura, são apresentadas nos gráficos seguintes:

Evolução Vendas e Prestações Serviços

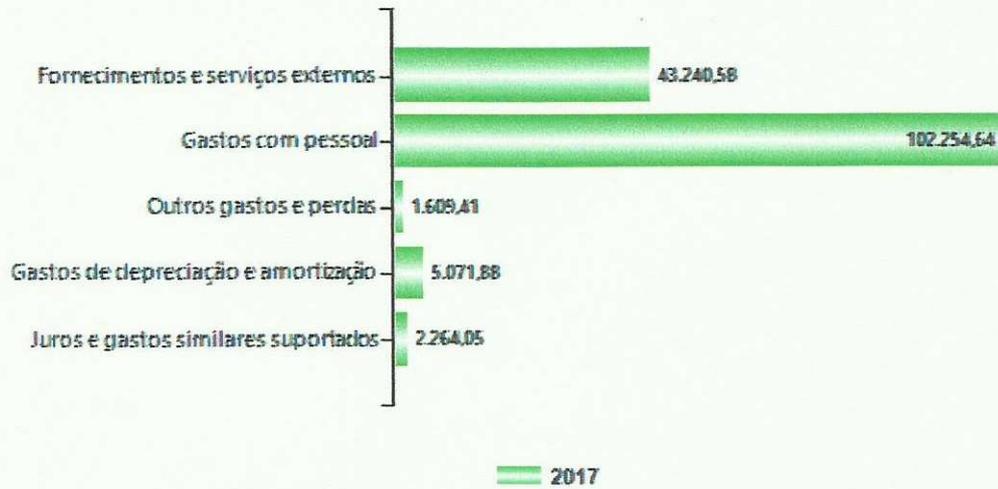


Estrutura de Rendimentos

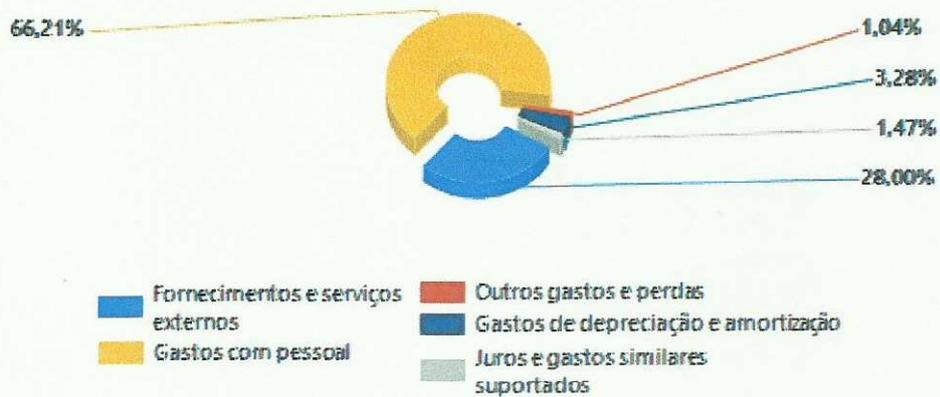


Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade;

Estrutura de Gastos



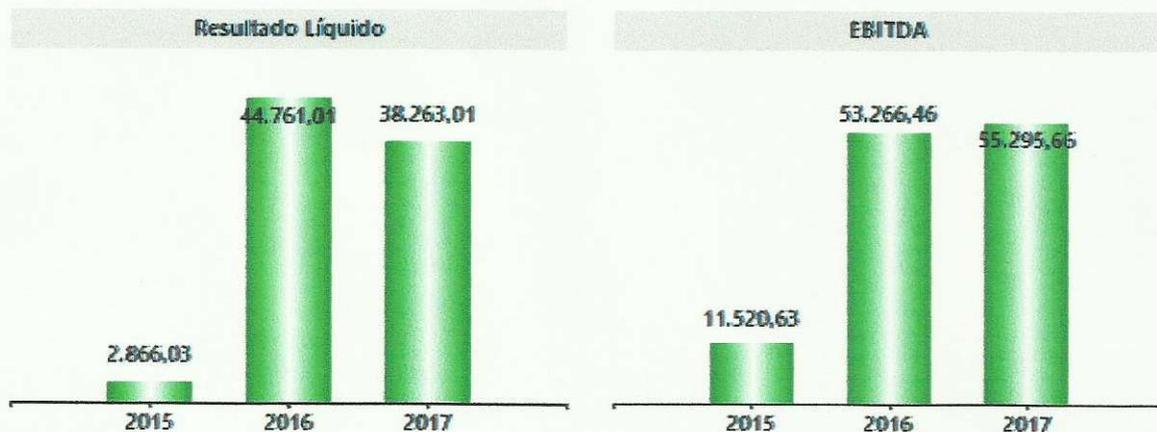
Estrutura de Gastos Percentual



No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos. Durante o exercício de 2017, o efetivo médio de trabalhadores ao serviço foi de 7.

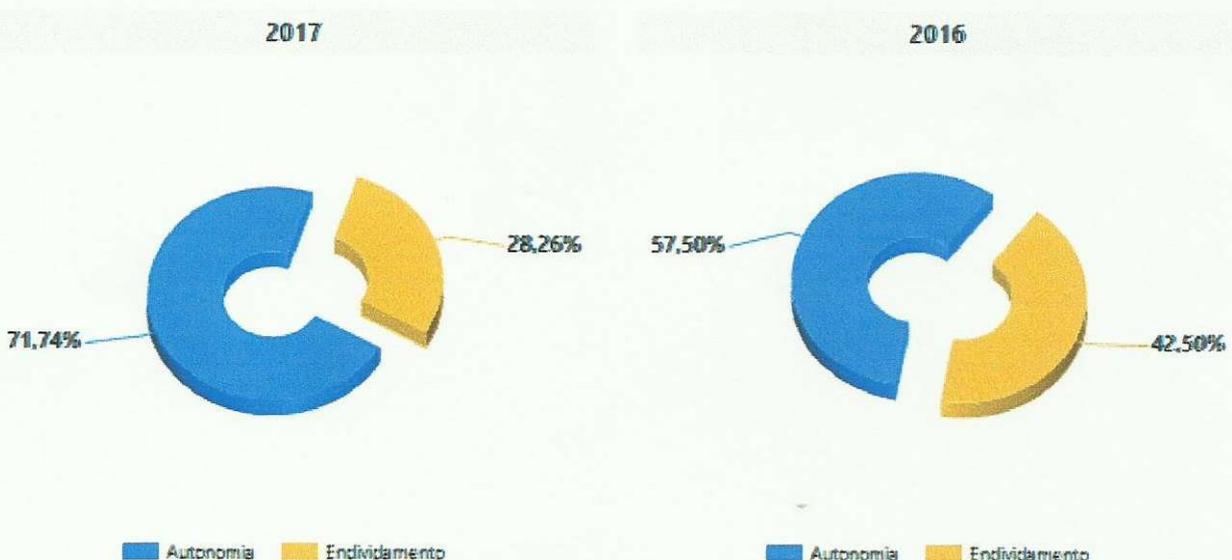
RUBRICAS	PERIODOS		
	2017	2016	2015
Gastos com Pessoal	102.254,64	95.691,69	77.348,95
Nº Médio de Pessoas	7,00	7,00	6,00
Gasto Médio por Pessoa	14.607,81	13.670,24	12.891,49

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



A Gerência considera que os resultados, à semelhança do sucedido com o ano anterior, foram bastante satisfatórios e continua a apostar na sua estabilidade e desenvolvimento, quer a nível económico-financeiro, quer ao nível da quota de mercado detida.

Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2017		2016	
Ativo não corrente	98.679,88	38 %	97.497,63	37 %
Ativo corrente	164.108,58	62 %	163.821,24	63 %
Total ativo	262.788,46		261.318,87	

RUBRICAS	2017		2016	
Capital Próprio	188.516,87	72 %	150.253,86	57 %
Passivo não corrente	0,00	0 %	21.726,29	8 %
Passivo corrente	74.271,59	28 %	89.338,72	34 %
Total Capital Próprio e Passivo	262.788,46		261.318,87	

A sociedade exerce a atividade de Compra e Venda de Notas, Moedas Estrangeiras e Cheques de Viagem, opera apenas no centro da cidade de Albufeira, onde dispõe 4 lojas. O seu principal mercado de clientes são oriundos do Reino Unido.

4 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A V. I. - AGÊNCIA DE CÂMBIOS, LDA. no período económico findo em domingo 31 de dezembro de 2017 realizou um resultado líquido de **38.263,01€**, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	
ANO	2017

Relativamente á aplicação dos Resultados foi deliberado pela Assembleia Geral, por unanimidade, que os mesmos fossem transferidos para Resultados Transitados,

5 - Expetativas Futuras

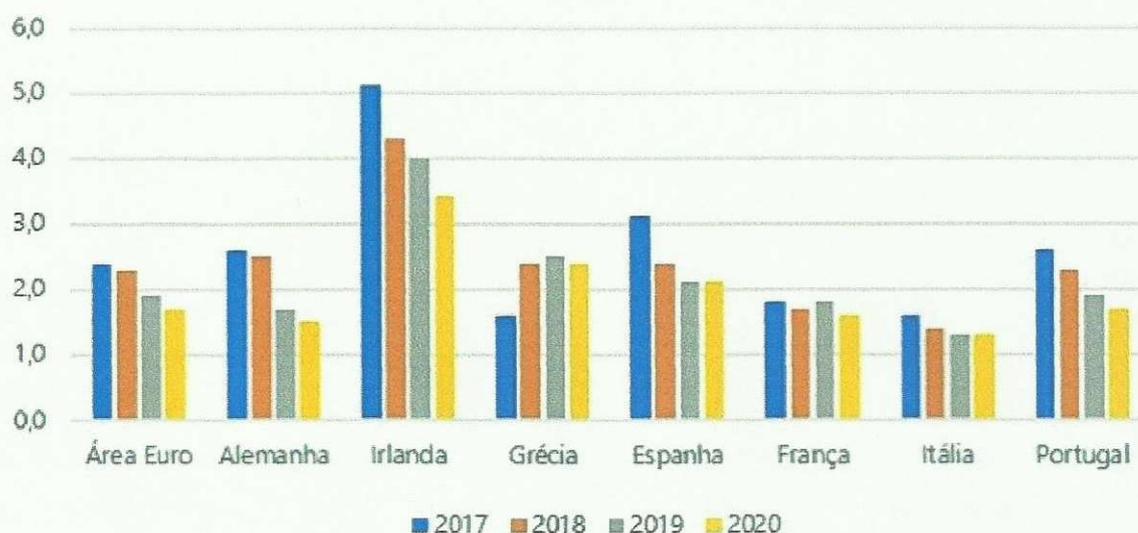
5.1. Cenário macroeconómico

As projeções do Fundo Monetário Internacional são de que o crescimento mundial para este ano e o seguinte tenha uma ligeira subida, de 0,2 pontos percentuais, impulsionado pelas recentes alterações à política fiscal dos Estados Unidos, que se espera terem um impacto estimulante na atividade económica mundial até 2020, devido ao expectável aumento do investimento e do consumo privado.

Após um crescimento excecionalmente forte no primeiro semestre de 2017, as projeções do Banco Central Europeu até 2020 são moderadas, com previsões de um ligeiro crescimento do PIB para 2018, com revisões em alta sobretudo para os Estados Unidos e China, mantendo-se robusto no curto prazo, em consonância com os níveis elevados de confiança das empresas e dos consumidores, ainda que, entre 2019 e 2020 se verifique um ligeiro abrandamento do mesmo, conseqüente dos efeitos de alguns dos fatores favoráveis que apoiam este crescimento, se desvanecerem gradualmente durante o período referenciado, tais como a desaceleração da taxa de crescimento da procura externa, bem como o abrandamento do crescimento do emprego, em parte relacionado com a escassez de oferta de mão de obra em alguns países.

Também no curto prazo se prevê um crescimento do comércio mundial robusto, ainda que com uma estabilização no crescimento da atividade económica mundial com valores abaixo dos níveis anteriores à crise, em consonância com o crescimento potencial mais baixo. Em relação às economias avançadas, prevê-se uma expansão robusta, com um abrandamento ao longo deste período, enquanto que nas economias emergentes, as previsões apresentam-se mais dinâmicas, apoiadas por um fortalecimento, ainda que lento, da atividade nos países exportadores de matérias-primas, em particular no Brasil e na Rússia, e pelo crescimento resiliente na Índia e na China. Na Zona Euro, prevê-se que o crescimento real do PIB abrañde de forma gradual, passando de 2,4% em 2017 para 1,7% em 2020, esperando também que a inflação medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) estabilize nos próximos trimestres, subindo depois para 1,7% em 2020, sendo que esta inflação é revista ligeiramente em alta no curto prazo, devido aos preços mais elevados do petróleo e dos produtos alimentares.

PIB Real Projeções Banco Central Europeu



Em termos orçamentais, em relação à Zona Euro e segundo dados do BCE, as perspetivas são neutras, onde, por um lado, incidem os cortes nos impostos diretos e nas contribuições para a segurança social e, por outro, existe um pressuposto de dinamização do investimento público. Assim, projeta-se que os rácios do défice e da dívida públicos exibam uma trajetória descendente, em suma devidos à diminuição dos pagamentos de juros.

Em relação ao consumo privado, também se manterá robusto ao longo do horizonte de projeção, derivado à maior confiança dos consumidores, bem como à melhoria das condições do mercado de trabalho e ao aumento dos salários reais por trabalhador. Devido à melhoria da situação económica e financeira das famílias, à diminuição das taxas de juro e aos cortes nos impostos diretos em alguns países, o rácio de poupança das famílias deverá aumentar de forma gradual, contrariando a sua diminuição verificada nos últimos trimestres.

Não obstante, prevê-se uma ligeira desaceleração do crescimento do emprego no curto prazo, maioritariamente devido a uma queda no setor público de alguns países. Apesar da escassez de oferta de mão de obra, o crescimento da população ativa irá manter-se no longo prazo, refletido pelos valores líquidos relativos à imigração de trabalhadores, bem como da integração de refugiados. Também a taxa de desemprego continuará a ser positiva, prevendo-se uma descida considerável, atingindo os 7,3% em 2020.

Quanto ao investimento, verifica-se que o crescimento do crédito ao setor privado continua a aumentar, impulsionado pelas taxas de juro baixas e pelas condições de financiamento bancário favoráveis. A menor necessidade de desalavancagem também contribuirá para o dinamismo da despesa privada, enquanto que o investimento empresarial continuará a recuperar, refletindo também um fortalecimento das margens de lucro face a pressões crescentes do lado da procura.

Por fim, as exportações deverão permanecer robustas no curto prazo, beneficiando da expansão em curso da atividade económica mundial e do correspondente crescimento da procura externa da Zona Euro. No longo prazo, prevê-se uma desaceleração, em conformidade com a desaceleração da procura externa.

Do outro lado, as importações extra-área do euro deverão beneficiar da evolução positiva da procura interna e de um euro mais forte, embora em menor grau do que as exportações, o que resultará num contributo levemente positivo do comércio líquido para o crescimento económico.

Apesar das expectativas crescentes, preveem-se alguns riscos no longo prazo, sendo que o Fundo Internacional Monetário aponta para um risco na diminuição do crescimento e confiança, caso a inflação e as taxas de juro dos países desenvolvidos cresçam mais rápido do que o esperado.

As políticas protecionistas, bem como as tensões geopolíticas que temos vindo a assistir nos últimos tempos, trazem uma incerteza política que se traduz num risco para a economia mundial. Também acordos comerciais como o NAFTA, que se encontra em fases de renegociação, e os acordos económicos entre o Reino Unido e a União Europeia, poderão pesar no investimento global e reduzir a eficiência da produção, uma vez que estas negociações podem resultar num aumento das barreiras comerciais, traduzindo-se num obstáculo para o PIB potencial.

Não esquecendo o risco proveniente dos eventos climáticos que têm acontecido recorrentemente um pouco por todo o Mundo – furacões no Atlântico, seca na África subsaariana e na Austrália, por exemplo, que levam a custos humanitários devastadores e a perdas económicas, podendo também conduzir a um fluxo migratório nas regiões afetadas.

5.2 Cenário Interno

Para o ano de 2018, os principais objetivos anunciados pelo Governo são a recuperação dos rendimentos das famílias, a criação de emprego e o apoio ao investimento das empresas e à inovação. Para tal, o governo conta progredir para 5,9% o investimento total da economia, bem como atingir um crescimento do emprego de 0,9% durante este ano, bem como uma redução da taxa de desemprego média para os 8,6%, e também uma ligeira diminuição da carga fiscal, no que toca à tributação direta incidente sobre os rendimentos das pessoas singulares. Quanto às empresas, não se preveem alterações durante o ano corrente.

Segundo projeções do Banco de Portugal, em comparação com o ano findo, o processo de expansão económica manter-se-á inalterado nos próximos anos e a atividade económica continuará com um perfil crescente, apesar de mais moderado, onde a economia portuguesa continuará a beneficiar de um enquadramento externo favorável a longo prazo. Já o Orçamento de Estado para 2018, prevê um crescimento económico de 2,2% e um défice orçamental de 1%, podendo vir a atingir a maior redução da dívida das últimas duas décadas até ao final deste ano, mantendo, assim, o cumprimento dos compromissos internacionais.

Até 2020, o Banco de Portugal prevê uma desaceleração do PIB mas, ainda assim, mantendo-se cerca de 4% acima do nível registado antes da crise financeira internacional. As condições monetárias e financeiras também deverão manter-se favoráveis, e a evolução da procura global terá como principal fator dinâmico a FCBF, que em 2020 deverá situar-se 11% abaixo do nível registado em 2008. As exportações manterão um crescimento robusto, devido essencialmente à evolução da procura externa.

Também o consumo privado apresentará um crescimento, apesar de estável, maioritariamente devido à evolução do rendimento disponível real, influenciada por um crescimento moderado dos salários reais e pela continuação da recuperação do mercado de trabalho. No consumo público também se notarão melhorias, devido ao descongelamento gradual das progressões salariais que ocorrerá este ano. Resultando desta evolução e dum crescimento da população ativa, a taxa de desemprego manterá a sua trajetória de redução. Ainda assim, prevê-se que o nível de emprego se situe 2% abaixo dos níveis observados antes da crise financeira internacional, bem como o nível de população ativa que, apesar de se prever ligeiramente positivo, não irá atingir os níveis observados antes da crise financeira. Com estes fatores, projeta-se uma

tendência descendente da taxa de emprego, atingindo os 6,1% em 2020.

Apesar do aumento em 2017, a inflação deverá estabilizar-se entre 2018 e 2020 em cerca de 1,5%, e prevê-se que até 2020 as exportações mantenham um crescimento moderado, de 6,5% em 2018 para 4,1% em 2020, trajetória que reflete a ligeira moderação do crescimento da procura externa e dos ganhos de quota de mercado. O principal fator que beneficiará o aumento das exportações continuará a ser o aumento do turismo, que tem contribuído para o aumento do peso das exportações no PIB desde 2010. Quanto às importações, irão desacelerar progressivamente até 2020, atingindo um crescimento de 4,8% no final do período projetado.

A capacidade de financiamento portuguesa também crescerá até 2020, mantendo-se em cerca de 2,2% do PIB, devido à descida das taxas de juro da dívida pública e aos recebimentos de fundos estruturais da União Europeia.

Para finalizar, a crise política na Catalunha constitui o maior risco para a economia portuguesa, atendendo ao peso que Espanha representa nas relações económicas de Portugal. Para além destes riscos, Portugal também terá de enfrentar alguns desafios no longo prazo, como sendo a evolução demográfica, principalmente devido à redução da população em idade ativa.

5.3 Evolução previsível da sociedade

Perante o cenário macroeconómico apresentado e a situação da economia nacional, prevê-se que no futuro próximo a empresa continue o seu crescimento económico.

A análise da evolução da atividade no início de N+1 prespetiva com algum otimismo a manutenção da situação verificada no exercício anterior.

No entanto a entidade continua a apostar no desenvolvimento de uma política de redução de custos, na manutenção dos postos de trabalho, esperando que ao longo do exercício N+1 possa ocorrer crescimento, superando quer ao nível de Prestação de Serviços quer ao nível do Resultado o exercício anterior.

Considera-se que a empresa está dotada de instalações adequadas para fazer face ao desejável crescimento do volume de negócios.

Neste exercício a entidade manteve a sua parceria comercial, estabelecida desde 2015 com a Instituição Unicâmbios - Instituição de Pagamento SA

No entanto, a recessão económica ainda continua presente, logo, quaisquer previsões quando ao crescimento dos negócios é difícil de precisar.

6 - Outras Informações

A V. I. - AGÊNCIA DE CÂMBIOS, LDA. não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias. Aliás a entidade não é detentora de quotas ou ações próprias.

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2017.

Não foram realizados negócios entre a sociedade e os seus administradores. Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos por conta de lucros.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal.
Também não existem dívidas em mora perante a Segurança Social.

7 - Considerações Finais

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Clientes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser do nosso negócio.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da V. I. - AGÊNCIA DE CÂMBIOS,LDA.

Á Instituição Unicâmbio - Instituição de Pagamento SA, nossa parceira comercial, agradecemos toda a colaboração e confiança que em nós continua a depositar.

Ás entidades bancárias, que assumiram connosco o risco do negócio, tornando-se parceiros inseparáveis da nossa jornada, o nosso reconhecimento.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações do Capital Próprio.

Albufeira, 31 de Março de 2018

A Gerência,



Ata Número Oito – Livro nº2

Aos trinta dias, do mês de Março, do ano de dois mil e dezoito, pelas 10 horas, na sua sede social sita em Praça Miguel Bombarda, número dezassete, na Freguesia e Concelho de Albufeira, reuniu a Assembleia Geral da sociedade por quotas, de responsabilidade limitada denominada “V.I. – Agência de Câmbios, Lda”, inscrita na Conservatória do Registo Comercial de Albufeira, com o número único de matrícula e de identificação fiscal quinhentos e três, seiscentos e vinte e seis, duzentos e trinta e seis, e com o capital social de Cento e Cinquenta mil euros, estando presentes todos os sócios, a saber: _____

---- Carlos Augusto Cabrita dos Santos, residente na casa das Amendoeiras, Vale da Ursa, Guia, Albufeira, contribuinte fiscal número cento e treze, oitocentos e oitenta e cinco, seiscentos e um, detentor de uma quota no valor nominal de setenta e cinco mil euros. _____

---- Nélia dos Santos Correia Cabrita dos Santos, residente na casa das Amendoeiras, Vale da Ursa, Guia, Albufeira, contribuinte fiscal número cento e vinte cinco, seiscentos e sessenta e seis, cento e dez, detentora de uma quota no valor nominal de setenta e cinco mil euros, _____

----Decidiram constituir-se em assembleia geral, nos termos do artigo 54º do código das sociedades comerciais para deliberar sobre o seguinte assunto da ordem do dia: _____

----- Ponto único: Apreciação e deliberação sobre o Balanço, Resultados e demais contas relativas ao exercício findo em trinta e um de dezembro de dois mil e dezassete.

---- Obtido o voto favorável de todos os sócios assumiu a presidência da mesa da assembleia geral o sócio Carlos Augusto Cabrita dos Santos. _____

----Pelo Presidente da mesa foi referido que não havia sido expedida convocatória desta reunião, mas, face à presença de todos os sócios e à sua vontade já expressa de se constituírem em assembleia geral, não existia impedimento legal ao regular funcionamento da assembleia desde que respeitada a ordem do dia já referida. _____

-----Declarou, então, aberta a sessão, dando início à apreciação do ponto único da ordem do dia: _____

---- Procederam à verificação das contas relativas ao exercício nomeadamente Balanço e Resultados, as quais apresentaram um Resultado Líquido positivo de trinta e oito mil duzentos e sessenta e três euros e um cêntimo. _____

----Após análise e discussão foram as mesmas submetidas a votação, tendo sido deliberada por unanimidade a sua aprovação. _____

----No que concerne à afetação dos resultados do exercício foi deliberado por unanimidade que os mesmos fossem transferidos para Resultados Transitados. _____

----Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou a sessão pelas doze horas, dando por concluídos os trabalhos desta Assembleia, de que, para constar, se lavrou a presente ata que, após lida e aprovada, vai ser assinada por todos os presentes. _____

Carlos Santos

Nélia dos Santos

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	ANO			ANO ANTERIOR (LÍQUIDO)	CÓDIGO DAS CONTAS	PASSIVO	ANO	ANO ANTERIOR
		ACTIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES	ACTIVO LÍQUIDO					
10+11+130	1. Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	97 492,50		97 492,50	98 345,34	30+31+35 (6)	1. Débitos para com instituições de crédito		30 000,00
12+13-130	2. Disponibilidades à vista sobre instit. de crédito	367,75		367,75	3 820,35	30020+30120+30220+ +31020+31220+31320+ +31920	a) - À vista		
20+21+280+281+2880+2881+2890+2891- 29000-29001-29010-29011-2951	3. Outros créditos sobre instit. de crédito	55 000,00		55 000,00	55 000,00	1-1a)	b) A prazo ou com pré-aviso		
16+22+23+282+283+287+2882+2883+2887+2892 +2893+2897-29002-29003-29012-29013-29017- 2952	4. Créditos sobre clientes					32+33+35 (6)	2. Débitos para com clientes	21 656,36	29 276,57
240+241+245+255+2480+250+251+2580+26+284 0+2884+2894-290140-2920-2921-2925-2953	5. Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					3213+3223	a) - Depósitos de poupança		
						32-3213-3223+33+35	b) - Outros débitos	21 656,36	29 276,57
						3200+3210+3220+3230	ba) - À vista		
2400+2401+2410+2500+2501+2510+2600+2601+ 2610+2840+2884+2894+290140(1)-29200-29210- 2925-2953	a) Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					b) - ba)	bb) - A prazo	21 656,36	29 276,57
	- de emissores públicos								
	b) Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					34	3. Débitos representados por títulos		
2402+2411+2412+245+255+2480+2502+ +2511+2512+2580+2602+2611+2612+2840+2884 +2894-290140(2)-29209-29219-2925-2953	- de outros emissores					341	a) - Obrigações em circulação		
	(Dos quais: Obrigações próprias)	()	()	()	()	340+342+349	b) - Outros		
243+244+245+255+2481-24810+2490- 2491+253+254+2581-25810+2841-290141-291- 2923-2924-2925-2953+5624 (dev)	6. Acções e outros títulos de rendimento variável					36+39	4. Outros passivos	40 473,23	48 012,19
400-490	7. Participações					52+54+56(cre)+58(cre)+ +59(5)	5. Contas de regularização	17 374,21	7 203,80
401-491	8. Partes do capital em empresas coligadas					610+611+612+613	6. Provisões para riscos e encargos		
41+460+4690-481	9. Imobilizações incorpóreas	6 007,46	6 007,46	0,00	598,95	612	a) - Provisões para pensões e encargos similares		
42+461+462+463+468+4691-482	10. Imobilizações corpóreas	248 387,17	149 895,42	98 491,75	96 814,68	610+611+613	b) - Outras provisões		
420+4280+461-4820-48280	(Dos quais: Imóveis)	120 878,95	25 295,81	95 583,14	91 569,77	619	6A. Fundo para riscos bancários gerais		
						60	8. Passivos subordinados		
27003	11. Capital subscrito não realizado					62	9. Capital subscrito	150 000,00	150 000,00
24810+25810	12. Acções próprias ou partes de capital próprias					632	10. Prémios de emissão		
14+15+19+27-27003-29007-2959- 2994+402+409-499	13. Outros activos	2 563,13		2 563,13	209,00	630+631+635+639	11. Reservas	11 118,21	11 118,21
51+55+56(dev) (3)+58(dev)+59(4)	15. Contas de regularização	14 105,54		14 105,54	9 958,10	633	12. Reservas de reavaliação		
69(dev)	16. Prejuízo do exercício					66	13. Resultados transitados	-10 864,35	-55 625,36
						69(cred)	14. Lucro do exercício	38 263,01	44 761,01
	TOTAL DO ACTIVO	423 923,55	155 902,88	268 020,67	264 746,42		TOTAL DO PASSIVO	268 020,67	264 746,42

CÓDIGO DAS CONTAS	D É B I T O	ANO	ANO ANTERIOR	CÓDIGO DAS CONTAS	C R É D I T O	ANO	ANO ANTERIOR
70	A. CUSTOS 1. Juros e custos equiparados	2 264,08	1 589,29	80	B. PROVEITOS 1. Juros e proveitos equiparados		
71	2. Comissões	305,59	1 119,98	80240+80241+80245+80250+80251+80255+8026	Dos quais: de títulos de rendimento fixo	()	()
72	3. Prejuízos em operações financeiras			81	2. Rendimento de títulos		
73+74	4. Gastos gerais administrativos	145 495,22	137 559,21	81-81400-81401	a) - Rendimento de acções, de quotas e de outros títulos de rendimento variável		
73	a) - Custos com pessoal	102 254,64	95 691,69	81400	b) - Rendimento de participações		
730+731	Dos quais: (- salários e vencimentos)	82 661,55	79 066,37	81401	c) - Rendimento de partes de capital em empresas coligadas		
732+733	(- encargos sociais)	18 326,76	16 625,32	82	3. Comissões	277,98	264,62
73290+73291+73292	Dos quais: (- com pensões)	()	()	83	4. Lucros em operações financeiras	191 573,35	180 792,93
74	b) - Outros gastos administrativos	43 240,58	41 867,52	840+841+842+843+845+849	5. Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromisos		
78	5. Amortizações do exercício	5 071,88	3 488,71	844	6. Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a valores mobiliários que tenham o carácter de imobilizações financeiras, a participações e a partes de capital em empresas coligadas		
77	6. Outros custos de exploração	120,00	240,18	89	7. Outros proveitos de exploração	9 734,13	11 644,37
790+791+792+793+795+799	7. Provisões p/ crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido e p/outros riscos			672	8. Resultado da actividade corrente	()	()
794	8. Provisões para imobilizações financeiras			69	9. Ganhos extraordinários	814,83	73,45
671	10. Resultado da actividade corrente	()	()		11. Prejuízo do exercício		
68	11. Perdas extraordinárias	331,45					
76	13. Impostos sobre lucros	9 696,72	3 427,55				
69	14. Outros impostos	852,34	589,44				
	15. Lucro do exercício	38 263,01	44 761,01				
	TOTAL	202 400,29	192 775,37		TOTAL	202 400,29	192 775,37

CONTAS	Saldo do exercício anterior		Aumentos		Transferências	Amortizações do exercício	Regularizações	Abates (líquido)	Valor líquido em 31.12.2012
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Aquisições	Reavaliações (líquido)					
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS									
Trespases									
Despesas de estabelecimento	1 702,46	1 702,46							
Custos plurianuais									
Despesas de investigação e desenvolvimento..									
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	4 305,00	3 706,05				598,95			
Outras									
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS									
Imóveis de serviço próprio	107 773,72	16 974,41				1 616,61			89 182,70
Obras em imóveis arrendados	6 955,23	6 184,77	6 150,00			520,02			6 400,44
Outros imóveis									
Equipamento	126 187,22	120 942,31				2 336,30			2 908,61
Património artístico									
Outras imobilizações corpóreas	1 321,00	1 321,00							
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO									
Imobilizações incorpóreas									
Imóveis									
Equipamento									
Património artístico									
Outras imobilizações corpóreas									
Adiantamentos por conta de imobilizações									
TOTAIS	248 244,63	150 831,00	6 150,00			5 071,88			98 491,75

Registada na CRC de Albufeira sob o nº 503626236

Nif: 503626236

Capital Social: 150.000,00€

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio

Em 31 de Dezembro de 2017

V.I. - AGÊNCIA DE CÂMBIOS, LDA

Praça Miguel Bombarda, 17 Albufeira

(em euros)

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedente de revalorização	Outras variações no CP	Resultado líquido do período	TOTAL do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	150 000,00	11 118,21		-55 625,36				44 761,01	150 253,86
Alterações do período:									
Total Alterações do período				44 761,01					
Resultado líquido do período								38 263,01	38 263,01
Operações com detentores de CP:									
Entradas para cobertura de perdas									
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2017	150 000,00	11 118,21		-10 864,35				38 263,01	188 516,87

Contabilista Certificada:

Ana de Lurdes Bárbara Santos

O Gerente:

Carlos Augusto Cabrita dos Santos

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados em 31/12/2017

NOTA INTRODUTÓRIA

A V.I. – Agência de Câmbios, Lda., é uma sociedade por quotas, com sede em Praça Miguel Bombarda, nº 17 em Albufeira constituída em 24 de janeiro de 1996, que tem como atividade principal o exercício de todas as atividades e operações legalmente autorizadas às agências de câmbios e, designadamente, a compra e venda de notas e moedas estrangeiras ou de cheques de viagens.

Todos os valores apresentados no Anexo estão expressos em Euros, salvo indicação de outra moeda.

I – COMPARABILIDADE

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 são comparáveis com as demonstrações do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

II - BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

A Empresa preparou todas as demonstrações financeiras em conformidade com as disposições do Plano de Contas para o Sistema Bancário (P.C.S.B.) adaptado às Agências de Câmbio e outra legislação complementar para o Sector, estabelecida pelo Banco de Portugal no âmbito da competência que lhes foi atribuída pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 21 de dezembro e conforme a Instrução N.º 4/96 do Banco de Portugal, obedecendo às normas e princípios contabilísticos.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações e Amortizações

As imobilizações corpóreas e incorpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, de acordo com a vida útil prevista no Decreto Regulamentar 25/2009.

b) Especialização dos exercícios

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças

entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

c) Saldos e transações expressas em moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes em 31 de dezembro de 2017 publicadas pelo Banco de Portugal.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou na data do balanço, foram registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados do exercício.

d) Provisão para férias e subsídio de férias

A empresa releva contabilisticamente, no final de cada exercício, o valor das férias e do subsídio de férias e respetivos encargos sociais pagáveis no ano seguinte a todos os trabalhadores.

III – IMPOSTOS

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas à taxa de 21% em 2017, a qual é acrescida em 1,5% pela aplicação da Derrama para o Município de Albufeira.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos e dez anos para a Segurança Social. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2014 a 2017 poderão ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis por um período de cinco anos se gerados em 2012 e 2013, de doze anos se gerados em 2014, 2015, 2016 e 2017 (PME), após a sua ocorrência e são suscetíveis de dedução a lucros fiscais reportáveis gerados durante esse período.

Nos termos do art.º 81º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a Empresa encontra-se adicionalmente sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Os pontos que se seguem estão organizados em conformidade com o indicado no PCSB, e constam dos elementos para publicação oficial das Contas Anuais. Aqueles cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à empresa.

1. Não foram efetuados quaisquer ajustamentos aos valores publicados no exercício anterior.
2. Não existem situações que pudessem ser registadas noutras rubricas do Balanço ou da Demonstração de Resultados.
3. Os critérios de avaliação das diversas rubricas e os métodos de cálculo utilizados foram os seguintes:
 - Os ativos e passivos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda nacional com base no câmbio oficial de divisas da data do Balanço, divulgado a título indicativo pelo Banco de Portugal;
 - Os lucros e prejuízos relativos às transações em moeda estrangeira registam-se no período em que ocorrem, em função do efeito que têm sobre a posição cambial que é reavaliada diariamente com base no câmbio “fixing” do dia;

11. Mapa de Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas

QUADRO AUMENTOS / DIMINUIÇÃO AFT / DEPRECIAÇÕES

CONTAS	Saldo do exercício anterior		Aumentos	Amortizações do exercício	Valor líquido em 31.12.2017
	Valor bruto	Amortizações	Aquisições		
		acumuladas			
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS					
Trespases					
Despesas de estabelecimento	1.702,46	1.702,46			
Custos plurianuais					
Despesas de investigação e desenvolvimento..					
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	4.305,00	3.706,05		598,95	
Outras					
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					
Imóveis de serviço próprio	107.773,72	16.974,41		1.616,61	89.182,70
Obras em imóveis arrendados	6.955,23	6.184,77	6.150,00	520,02	6.400,44
Outros imóveis					
Equipamento	126.187,22	120.942,31		2.336,30	2.908,61
Património artístico					
Outras imobilizações corpóreas	1.321,00	1.321,00			
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO					
Imobilizações incorpóreas					
Imóveis					
Equipamento					
Património artístico					
Outras imobilizações corpóreas					
Adiantamentos por conta de imobilizações					
Totais	248.244,63	150.831,00	6.150,00	5.071,88	98.491,75

27. Em 31 de Dezembro de 2017 a conta de Receitas com proveito diferido apresentava um saldo de 5.207,27.

As contas abaixo indicadas apresentavam os seguintes saldos:

Proveitos a receber – 5.207,27 € (Saldo Devedor)

Custos a pagar – 7.677,49 € (Saldo Credor)

Despesas com Custos Diferidos não apresentaram quaisquer movimentos.

31. Natureza e valores dos principais elementos patrimoniais que integram as rubricas indicadas no quadro abaixo, em 31/12/2017:

Rubrica 13 do ACTIVO Valor

Outros Ativos 2.563,13€

Conta 27 – Devedores e Outras Aplicações 2.375,00€

Conta 2 7 – Devedores por IRC - a recuperar 0,00€

Conta 2 7 – Devedores por Processos Judiciais 0,00€

Conta 2 7 – Outros devedores 2.375,00€

Conta 29 – Provisões 0,00€

Rubrica 4 do PASSIVO Valor

Outros Passivos 40.473,23€

Conta 36 – Credores 37.645,77€

Credores Residentes 37.645,77€

Conta 36 – Fornecedores Imobilizado Regime Loc. Financeira. 0,00€

Conta 36 – Outros Fornecedores 833,49€

Conta 36 – Outros Credores 36.812,28€

Credores Não Residentes 0,00€

Conta 39 – Outras Exigibilidades 2.827,46€

Conta 39 – Retenção Impostos s/ Trab. Dependente 282,00€

– Retenção Impostos s/ Trab. Independente 0,00€

Conta 39 – Retenção Impostos s/ Prediais 81,15€

Conta 39 – Imposto do Selo s/ Juros e Comissões 0,15€

Conta 39 – Contribuições para a Segurança Social 2.464,16€

34. Durante o exercício de 2017, o efetivo médio anual de trabalhadores ao serviço foi de sete.

35. O montante das remunerações e honorários atribuídos aos membros dos órgãos de administração, de direção e de fiscalização, durante o exercício de 2017 foram os seguintes:

Órgãos de Administração / Direção / Fiscalização

Remunerações 13.865,00€

Encargos Sociais 3.009,53€

- Não existem compromissos surgidos ou contratados em matéria de pensões de reforma com antigos membros dos órgãos de administração, de direção e de fiscalização;
- Não existem quaisquer adiantamentos nem créditos a favor de membros dos órgãos de administração, de direção e de fiscalização.

38. Todos os Proveitos registados nas várias rubricas da Demonstração de Resultados foram provenientes do Continente (Portugal).

39. Em 31 de Dezembro de 2017 a composição das rubricas a seguir indicadas registavam os seguintes valores:

A. CUSTOS Valor

Rubrica 6 - Outros Custos de exploração 120,00€

Conta 770 - Quotizações e Donativos 120,00€

Conta 779 - Outros Custos de Exploração 0,00€

Rubrica 11 - Perdas Extraordinárias 331,45€

Conta 671 - Perdas relativos a exercícios anteriores 0.00€

- Multas de natureza Fiscal 0,00€

B. PROVEITOS Valor

Rubrica 7 - Outros Proveitos de exploração 9.734,13€

Conta 893 - Reembolso de Despesas 0,00€

Conta 899 - Outros Proveitos e Lucros 0,00€

Rubrica 9 - Ganhos Extraordinários 814,83€

Conta 672 - Ganhos relativos a exercícios anteriores 0,00€

41. Os resultados líquidos e os resultados fiscais dos três últimos exercícios foram os seguintes:

<u>Mapa de Resultados</u>			
Períodos	Código das Contas		
2015	660	2.866,03	Lucro Exercício
2016	660	44.761,01	Lucro Exercício
2017	660	38.263,03	Lucro Exercício

Os montantes de impostos sobre o rendimento pagos durante o exercício de 2017, encontram-se registados na conta 587 - IRC Pagamentos por Conta, Pagamentos Especiais por Conta e Retenções de Terceiros os quais serão transferidos para a conta 27002-Devedores por IRC a recuperar da seguinte forma:

- Pagamentos por conta de IRC no valor de 5.232,21€

O montante de impostos sobre o rendimento a pagar referente ao exercício de 2017, será registado na conta 3900-IRC a Pagar, no valor de 4.464,51€.

42. Os impostos sobre os lucros do exercício de 2017 foram 9.696,72€ que representa 20,4% dos Resultados Correntes.

- Resultados Correntes foram de 47.476,35€
- Resultados Extraordinários foram de 483,38€
- Resultados Antes dos Impostos foram de 47.959,73€

46. Não existem compensações entre saldos devedores e credores, no entanto os saldos em 31/12/2017 das contas de terceiros, das contas internas e das contas de regularização apresentavam os seguintes saldos:

Conta 58 – Outras Contas de Regularização

Saldo Credor de 2.128,31€, referente a:

- IRC Pagamentos por Conta e Retenções 7.568,41€
- IRC Imposto Estimado 9.696,72€

Conta 59 – Outras Contas Internas – Sem Movimento

Albufeira, 31 de março de 2018

O Responsável
pela Contabilidade,
Ana Santos

O Responsável
pela Gestão,
Carlos Santos